

18-05-2020

A espera que nunca acaba: a perpétua desumanização da população negra

Thiago Sebastiano de Melo

[Docente de Turismo da Universidade de Brasília. Membro da Coordenação Executiva do Comitê Goiano de Direitos Humanos Dom Tomás Balduino]

antes da ABOLIÇÃO
houve uma EBULIÇÃO NEGRA
quilombos, revoltas, libertações
hoje há GENOCÍDIO
há EPISTEMICÍDIO
e outra EBULIÇÃO NEGRA
ocupações, escritas, libertações
[Alex Ratts]

A sociedade brasileira é marcada de modo inexorável pelo dia 13 de maio de 1888. Foi quando o país, sob pressão do movimento abolicionista e das árduas lutas, revoltas, fugas (auto-liberdade) e organização da população negra escravizada, reconheceu a liberdade humana, não sendo, desde então, possível ser dono de uma vida.

Este reconhecimento formal, ao modo do entendimento de Herbert Marcuse, regou um campo de contradições que se atualizam em nossos dias! Martin Luther King em sua oposição profunda e inegociável às contradições de uma racialização arquitetada de modo deliberado e cujas consequências se agravavam para a população negra em seu tempo de vida, disse inúmeras vezes que esta população vivia um paradoxo: uma espera que nunca acaba!

Poucas traduções são mais universais para esta população na sociedade ocidental desde o século XVI.

E obviamente para a situação nacional.

Refletir a historicidade e a materialidade das condições de existência da população negra em sua plasticidade ainda pouco alargada passa, necessariamente, por uma ampla gama de debates, mais ou menos contemporâneos.

Destaco: o silenciamento das vozes e das escritas negras; a negação e escamoteamento da negritude de figuras importantes para a coletividade (retirando assim a oportunidade de sujeitos negros encontrarem exemplos objetivos e subjetivos de reconhecimento); a representatividade; o colorismo; as políticas de ação afirmativa; a origem negra da humanidade versus o mito da criação; o aparelhamento do conhecimento científico para forjar justificativas para racialização da sociedade; o empoderamento negro; a mercantilização da identidade.

Dentre tantos debates necessários, me parece que a data exige encarar a estreita relação da eterna espera da população negra com o governo federal.

Sob sua plataforma racista, recebemos com indignação as postagens da Fundação Palmares, alocada atualmente no Ministério do Turismo, após a extinção do Ministério da Cultura - o que em si já diz muito deste governo.

Elas conformam um leque que vai do revisionismo histórico arbitrário cientificamente insustentável (ao melhor estilo do atual governo, que nega sistematicamente a ciência) até o elogio da Princesa Isabel como grande figura da abolição, fato negado pelos registros históricos e condenado pelo movimento negro, desdobrando em uma politicagem ao melhor cheiro deste governo com a figura de Zumbi dos Palmares. Todos os dias temos desgostos. Esse é “só” um simbólico num dia simbólico!



Junto dos ataques à figura de Zumbi, temos disparates como os da imagem abaixo, em propaganda de uma escola para concurseiros cujo conteúdo é amplamente racista.



O mais tragicômico reside no fato de que apesar das convergências com as posturas do atual governo federal, este tem desmantelado o Estado e interrompido os concursos públicos, congelado os salários do serviço público, entre outras medidas de fragilização das estruturas estatais. “Os cursos da empresa oferecem aulas a promotores, delegados, policiais e futuros juizes para que sejam aprovados em suas entidades de classe”, conforme o perfil do grupo mídia ninja no Instagram. Ao chamar as críticas de “mimimi” (termo atual entre jovens se não há justificativa plausível para o argumento), a empresa opera a atualização do que há de mais vil no imaginário coletivo.

continua

<p>Desprezo pela ebulição negra que exige dignidade; reforço da imagem do homem negro como violento e propício ao ataque às mulheres brancas; inversão da realidade e naturalização da desumanização; tudo amalgamado num convite zombeteiro ao aniquilamento das conquistas históricas desta população. Quem há de lembrar vendo a frágil menina branca carregada e cercada por três homens negros, fortes, altos que as mulheres negras respondem por 61% dos feminicídios no país? Quem há de discordar que a política de encarceramento em massa destes seres violentos é um bem coletivo para proteger a sociedade (e que por isso a população carcerária cresce exponencialmente, bem como o assassinato da população jovem negra)?</p> <p>Quem há de ponderar que 68,6% dos cargos gerenciais são ocupados por brancos, o que determina as condições materiais para fora das políticas de um Estado cada vez menor e mais fragilizado?</p> <p>Quem irá supor que o risco de morte de negros por Covid-19 é 62% maior em relação aos brancos?</p> <p>E daí, eles são violentos e desumanos, não é mesmo?</p>	<p>No ano em que a abolição completa 132 anos, comemoramos 25 anos do sistema de combate ao trabalho escravo no Brasil. Sistema duramente atacado pelo atual governo federal. O relator da ONU para combate ao trabalho análogo à escravidão alertou que a pandemia de Covid-19 deve aumentar o número de casos de trabalho escravo. Os corpos negros mais uma vez aparecem com destaque nestas estatísticas! Mas e daí? Se as comunidades quilombolas podem ser referenciadas em arrobos, como o fez o atual presidente, numa inquestionável desumanização destes homens e mulheres, de seus corpos, de suas subjetividades, então que mal tem deixar que uns tantos sejam novamente escravizados aqui, outros tantos morram ali, outros tantos sejam encarcerados acolá, e ainda alguns sejam assassinados com munição do Estado? Esperemos que um dia o país não eleja alguém que abertamente seja racista e que o Estado esteja forte o suficiente para enfrentar os constantes ataques contra segmentos inteiros de sua população. Esperemos que essa espera não tenha como horizonte o vale do nunca! ■ ■ ■</p>
<p><i>OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical. A cada reunião ordinária, os textos da Coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões, na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.</i></p>	